

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na presente leitura serão discutidos os conceitos de educação especial, formação de professores e diversidade. Conforme a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) entende-se por EDUCAÇÃO ESPECIAL, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Assim, essa definição propõe que todos podem e devem fazer parte da vida escolar comunitária, tendo suas necessidades educacionais e sociais atendidas e que se escolarizam na rede regular de ensino todas as crianças.

Nessa direção, a inclusão desafia o professor que precisa educar alunos fundamentalmente diferentes num mesmo espaço, qual seja a escola regular. Isso vem exigindo que o docente seja capaz de atuar em ambientes diversos e com uma população cuja característica maior é a heterogeneidade. Então, pensar a formação de professores para atender à diversidade é um fato que demanda uma mudança de postura dos professores; colocar-se no lugar de quem aprende ao ensinar, nos parece crucial para aqueles que têm em suas mãos, o desafio de incluir alunos antes excluídos do âmbito da escola. Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino. No entanto, autores como Goffredo (1992) e Manzini (1999) têm alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além de infraestrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos

educadores para trabalhar com essa população, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo.

Diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos. Aqui, tendo-se em vista a capacitação docente, a participação das universidades e dos centros formadores parece ser relevante. Para Gotti (1988), a universidade, além de proporcionar cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação, deve envolver-se em pesquisas sobre o ensino aos portadores de necessidades especiais, desenvolvendo instrumentos e recursos que facilitem a vida dessas pessoas. Apesar de a necessidade de preparação adequada dos agentes educacionais estar preconizada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) como fator fundamental para a mudança em direção às escolas integradoras, o que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos (Glat, Magalhães e Carneiro, 1998).

A formação deficitária traz sérias consequências à efetivação do princípio inclusivo, pois este pressupõe custos e rearranjos posteriores que poderiam ser evitados. Vale destacar, porém, que a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente. A formação implica um processo contínuo, o qual, segundo Sadalla (1997), precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem. Para a autora, o

professor precisa ser ajudado a refletir sobre a sua prática, para que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula. Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas.

No que se refere aos diretores, cabe a eles tomar as providências – de caráter administrativo – correspondentes e essenciais para efetivar a construção do projeto de inclusão (Aranha, 2000). Para Ross (1998), o diretor de escola inclusiva deve envolver-se na organização de reuniões pedagógicas, desenvolver ações voltadas aos temas relativos à acessibilidade universal, às adaptações curriculares, bem como convocar profissionais externos para dar suporte aos docentes e às atividades programadas.

Diante da orientação inclusiva, as funções do gestor escolar incluem também a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacitação de professores, o fornecimento de apoio às interações e a processos que se compatibilizem com a filosofia da escola), e ainda a disponibilização dos meios e recursos para a integração dos alunos com necessidades especiais. É importante mencionar que incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, não é uma responsabilidade que se restringe aos professores, mas a todos os atores envolvidos na escola e à organização escolar como um todo.

A Educação Especial é um dos maiores desafios do sistema educacional. Os direitos humanos básicos são ainda rotineiramente negados a segmentos inteiros da população mundial, nos quais se encontram muitos dos 600 milhões de crianças, homens e mulheres com deficiência. Dessa forma, é importante buscarmos um mundo onde as oportunidades

iguais para pessoas com deficiência se tornem uma consequência natural de políticas e leis sábias que apoiem o acesso e a plena inclusão em todos os aspectos da sociedade.

Diante do que foi exposto acima, torna-se extremamente importante a formação continuada de todos os atores envolvidos na unidade escolar, com recursos e condições para que o processo educativo se desenvolva de maneira efetiva. É importante destacar que nessa relação dialética do ensinar-aprender o professor valorize os conhecimentos prévios dos alunos, explorando as experiências dos mesmos.

Patrícia Lessa de Santana Jesus Oliveira

Pedagoga

Professora de Educação Infantil
do Colégio Civilização